

Os estabelecimentos em transição agroecológica no Censo Agropecuário 2017: uma aproximação

The establishments in agroecological transition in the 2017 Census of Agriculture: an approximation

MARQUES, Vicente Penteado Meirelles de Azevedo¹

¹Doutorando PGDR/UFRGS, vicentemarques@gmail.com

Eixo temático: Desenvolvimento rural, políticas públicas e comunitárias, movimentos socioculturais

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar e discutir uma tipologia para identificar e caracterizar os estabelecimentos em transição agroecológica na base de dados do Censo Agropecuário 2017, bem como sugerir aplicações para conferir maior conhecimento e visibilidade a respeito destes processos no Brasil.

Palavras-chave: Agroecologia; Tipologia; Estatística.

Keywords: Agroecology; Typology; Statistics.

Introdução

Embora as práticas agroecológicas estejam amplamente disseminadas, elas não ainda têm a correspondente visibilidade nas estatísticas oficiais, o que poderia oferecer novas condições para o seu conhecimento, propor temas para investigação e conferir maior poder às suas questões, inclusive para o desenho e a análise de políticas públicas (QUINTSLR, 2018). A proposição de inserção adequada dessas práticas nas estatísticas oficiais requer atenção quanto a sua base conceitual, definições nítidas sobre o seu conteúdo, orientações para o seu uso e provimento para comparabilidade ao longo do tempo e entre diferentes coletas de dados, entre outros aspectos.

Em 2012 a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) definiu a produção de base agroecológica e a transição agroecológica nos seguintes termos: (...) III - produção de base agroecológica - aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003 [Lei da Agricultura Orgânica], e sua regulamentação; IV - transição agroecológica - processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica(...) (art. 2º do Decreto nº 7.794/2012).

Essas definições operacionais dão conta de uma dimensão importante dos processos de produção e de transição agroecológicos mas estão limitadas pelo fato de não considerarem, entre outros aspectos, os modos de vida, os valores, os conhecimentos e as formas de ação social envolvidos e que constituem uma visão ampliada de agroecologia (SCHMITT, 2009). As definições da PNAPO diferenciam nitidamente a produção de base agroecológica e sua respectiva transição do

sistema orgânico de produção e dialogam com o entendimento que a agroecologia pressupõe o uso de tecnologias heterogêneas e que o movimento de incorporação de princípios ecológicos à estruturação dos sistemas produtivos pelos agricultores e pelas agricultoras costuma ser oscilante e não linear no tempo. Isso se deve à constatação que a transição agroecológica não se limita ao processo técnico de conversão de sistemas convencionais de produção pois envolve articulações complexas entre processos ecológicos e processos sociais, entre outros aspectos (SCHMITT; PETERSEN, 2009). Ou seja, a ideia de transição agroecológica supõe um processo gradual de mudança nas atitudes dos agricultores e agricultoras e nas formas de manejo dos agroecossistemas, sem ter um momento final determinado (COSTABEBER, 2011). Não existe para a produção de base agroecológica a obrigatoriedade do período de conversão tal como definido pelos regulamentos da Lei da Agricultura Orgânica. É possível, no entanto, considerar “níveis” combinados de transição agroecológica, que podem ir desde o aumento da eficiência das práticas convencionais para reduzir ou mesmo eliminar insumos ecologicamente nocivos até o redesenho de agroecossistemas para que funcionem com base em um novo conjunto de processos ecológicos e sociais, ou então, o reestabelecimento de vínculos diretos entre produtores(as) e consumidores(as).

Essas observações indicam que a caracterização adequada dos processos de transição agroecológica não deva considerar um determinado “nível” de transição, nem a ocorrência de práticas isoladas, a quantidade de práticas adotadas ou uma hierarquia de precedência e de importância entre elas, o que sugere agrupar sob um mesmo nome unidades que utilizam diferentes práticas e processos.

Metodologia

A possibilidade de uso das estatísticas oficiais está dificultada pela inexistência de perguntas nos Censos Agropecuários para a identificação direta dos estabelecimentos em transição agroecológica (IBGE, 2019). Diante disso, a delimitação do universo e a caracterização desses estabelecimentos requer a construção de uma tipologia a partir da combinação de dados oriundos de diferentes questões do Censo e a realização de tabulações especiais da base de dados.

O Estabelecimento Agropecuário em Transição Agroecológica para efeito do Censo Agropecuário 2017 foi definido como aquele que atende simultaneamente aos seguintes critérios (variáveis censitárias), quando aplicáveis: (i) utiliza as práticas agrícolas plantio em nível, rotação de culturas, pousio ou descanso de solos, proteção de encostas; recuperação de mata ciliar; reflorestamento de nascentes e manejo florestal; (ii) faz exclusivamente a adubação orgânica; (iii) faz agricultura orgânica; (iv) não utiliza agrotóxicos para controle de pragas e doenças; (v) adota o cultivo mínimo e/ou plantio direto como sistemas de preparo de solo; (vi) as nascentes, rios, riachos, lagos naturais, quando existentes, são protegidos por mata; (vii) usa somente sementes certificadas e/ou comuns (não transgênicas); (viii) não possui despesas com agrotóxicos; (ix) no caso de não adotar qualquer sistema de preparo de solo, possui área com matas (nativas ou plantadas) com espécies florestais que também são utilizadas para lavouras ou pastejo de animais e/ou conservação, coleta ou extração em matas nativas, exceto a de extração de madeira; e (x) no caso de não adotar qualquer sistema de preparo de solo, não

possui área com pastagem plantada em estado de degradação ou em más condições. Este trabalho também utiliza a tipologia de Estabelecimento Agropecuário da Agricultura Familiar, que é obtida pela combinação de variáveis censitárias de modo a atender aos requisitos da Lei nº 11.326/2006 (Lei da Agricultura Familiar), nos termos dos critérios e dos procedimentos adotados por Mauro Del Grossi (2019).

Resultados e Discussão

A Tabela a seguir mostra os resultados da aplicação da tipologia (variável derivada) Estabelecimento Agropecuário em Transição Agroecológica sobre a base de dados do Censo Agropecuário 2017.

Tabela 1. Estabelecimentos agropecuários, área total, total pessoal ocupado na data de referência, Valor Bruto da Produção agropecuária (VBP), por transição agroecológica (TA), agricultura familiar (AF) e não familiar (NAF). Brasil e Grandes Regiões. 2017 (em 1.000 unidades)

Unidade Territorial	Tipologias	Estab. (1.000)	Área total (1.000 ha)	Total Pessoal Ocupado (1.000 pessoas)	VBP (R\$ 1.000)
Brasil	Total	5.073	351.290	15.105	465.105.952
	NAF	1.176	270.399	4.990	358.616.864
	AF	3.897	80.891	10.116	106.489.087
	Total TA	725	31.022	1.867	7.107.555
	TA NAF	174	21.114	470	2.963.032
	TA AF	550	9.908	1.398	4.144.523
Norte	Total	581	65.213	2.010	31.059.756
	NAF	100	45.446	448	19.815.977
	AF	481	19.767	1.563	11.243.780
	Total TA	95	6.888	337	1.252.855
	TA NAF	16	3.883	59	225.847
	TA AF	79	3.005	278	1.027.008
Nordeste	Total	2.323	70.894	6.377	53.552.984
	NAF	484	44.968	1.668	37.673.989
	AF	1.839	25.926	4.709	15.878.996
	Total TA	402	7.952	1.010	1.894.658
	TA NAF	85	4.179	221	547.057
	TA AF	317	3.774	789	1.347.601
Sudeste	Total	969	60.303	3.187	132.031.185
	NAF	280	46.567	1.517	106.225.499
	AF	689	13.736	1.671	25.805.686
	Total TA	115	4.855	264	1.606.089
	TA NAF	36	3.377	95	887.033
	TA AF	79	1.478	169	719.057
Sul	Total	853	42.875	2.341	123.318.999
	NAF	188	31.383	725	79.364.528
	AF	666	11.493	1.616	43.954.471
	Total TA	64	2.084	132	1.022.915
	TA NAF	22	1.579	49	483.813
	TA AF	43	505	83	539.102
Centro-Oeste	Total	347	112.004	1.190	125.143.027
	NAF	124	102.035	633	115.536.872
	AF	223	9.970	557	9.606.155

Total TA	49	9.243	125	1.331.037
TA NAF	16	8.096	46	819.282
TA AF	33	1.147	79	511.756

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017 (tabulação especial). Elaboração do autor.

A partir da Tabela 1 é possível verificar que em nível nacional os cerca de 725 mil estabelecimentos em transição agroecológica representaram aproximadamente 14% do total de estabelecimentos agropecuários, 9% da área, 12% do pessoal ocupado e 2% do Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária. As Regiões Nordeste e Norte apresentaram proporções superiores à média nacional para todos os indicadores selecionados. Na Região Nordeste os estabelecimentos em transição agroecológica representaram 17% do total dos estabelecimentos, 11% do total da área, 16% do total do pessoal ocupado e 4% do total do VBP. Na Região Norte essas participações alcançaram 16%, 11%, 17% e 4%, respectivamente. A Região Nordeste respondeu pela maioria do número de estabelecimentos em transição agroecológica (55% do total) e do pessoal neles ocupado (54%) e pela maior parte do VBP neles gerado (27%). A Região Centro-Oeste foi responsável pela maior parte da área (30%) apesar de ser minoritária em relação ao número de estabelecimentos (7%). A Região Sudeste destacou-se pela sua participação no total do número de estabelecimentos (16%) e da composição do VBP (23%).

A participação dos 550 mil estabelecimentos familiares representou cerca de 76% do total do número de estabelecimentos em transição agroecológica, 32% da área, 75% do pessoal ocupado e 58% do VBP agropecuário gerado nessas unidades produtivas. Em relação ao total de estabelecimentos essa proporção foi maior na Região Norte (83%) e menor na Região Sul (66%). Em relação à área total, essa proporção foi maior na Região Nordeste (47%) e menor na Região Centro-Oeste (12%). Em relação ao VBP, essa proporção foi maior na Região Norte (82%) e menor na Região Centro-Oeste (38%).

Entre os estabelecimentos em transição agroecológica em nível nacional, a área média por unidade produtiva dos estabelecimentos não familiares (121 ha) foi equivalente, em média, a 6,7 vezes à dos estabelecimentos familiares (18 ha). No entanto, o VBP médio por hectare obtido foi, em média, 3,0 vezes maior nos estabelecimentos familiares. Entre os estabelecimentos familiares em nível nacional, cerca de 14% estavam em transição agroecológica segundo os critérios adotados. Essa proporção foi maior nas Regiões Nordeste (17%), Norte (16%) e Centro-Oeste (15%) e menor nas Regiões Sul (6%) e Sudeste (11%). Essas proporções são semelhantes às observadas entre os estabelecimentos não familiares, exceto na Região Sul, onde os estabelecimentos em transição agroecológica representam 12% do total destas unidades.

Os estabelecimentos familiares em transição agroecológica apresentaram menor área média, menor VBP médio por estabelecimento e menor VBP médio por hectare do que os mesmos valores apurados para o conjunto dos estabelecimentos familiares em nível nacional e em todas as Regiões do País. Entre as limitações da tipologia escolhida estão o fato do Censo Agropecuário 2017 não permitir a identificação da existência de terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas etc) e a verificação da manutenção (ou não) da Reserva Legal nos percentuais mínimos legais. Isso se deve à inexistência de classificações adequadas

para registrar a vegetação nativa não-florestal, utilizada como base para a definição desses percentuais na Amazônia Legal (IBGE, 2019). Houve também dificuldade para a classificação dos estabelecimentos quanto à sua diversificação produtiva a partir dos parâmetros de VBP disponíveis.

Conclusões

Os resultados apresentados sugerem que a construção de uma tipologia para identificar na base de dados do Censo Agropecuário os estabelecimentos em transição agroecológica pode ser uma ferramenta importante para análises multivariadas, não fragmentadas, comparadas e em diferentes escalas do território (regiões, municípios, biomas etc.). A partir dessa tipologia é possível conhecer todos os temas pesquisados pelo Censo, como por exemplo, o sexo, a cor ou raça, a idade e a escolaridade do(a) produtor(a), as pessoas ocupadas e a sua relação com os(as) produtores(as), a condição legal do(a) produtor(a) em relação às terras, o uso das terras, os produtos obtidos no estabelecimento, o acesso à assistência técnica e outros programas governamentais, as rendas e as receitas obtidas dentro e fora da unidade produtiva. A base de dados do Censo permite aperfeiçoar a tipologia pela alteração dos critérios (variáveis) aqui utilizados. Embora limitada na sua abrangência conceitual, considera-se que a tipologia apresentada pode subsidiar investigações teóricas e empíricas a respeito dos modos de vida e de outras dimensões fundamentais da agroecologia.

Agradecimentos

Agradeço a colaboração de Antônio Carlos Simões Florido, do IBGE, e de Caio Galvão de França, as quais não implicam qualquer responsabilidade sobre as interpretações do presente trabalho.

Referências bibliográficas

COSTABEBER, José Antônio. **Conceitos de Agroecologia e Transição Agroecológica**. Brasília/DF, 01 dez 2011, 63 p. (Programa de Formação em Agroecologia da Embrapa).

DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **Algoritmo para delimitação da Agricultura Familiar no Censo Agropecuário 2017, visando a inclusão de variável no Banco de Dados do Censo, disponível para ampla consulta**. Brasília, DF: FAO; SAF/MAPA; FINATEC, jun. 2019. 25 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. v. 8, p. 1-105

QUINTSLR, Marcia Maria M. **Agendas estatísticas oficiais: política de informação, poder e (in) visibilidades**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018. 201 f.

SCHMITT, Cláudia J.; PETERSEN, Paulo. Transição Agroecológica: revisitando o conceito a partir das experiências desenvolvidas por camponeses e agricultores familiares no Semi Árido Brasileiro e em ambientes de agricultura modernizada no Sul do Brasil. **Rev. Bras. de Agroecologia**, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 2, p. 3987-3990, nov. 2009

SCHMITT, Cláudia J. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (orgs.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2009. p. 177-203